



Em 1º de julho de 2016, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Referida lei cria, entre outras coisas, um regime jurídico específico para as licitações e contratações das empresas estatais de todas as esferas de governo.

Este livro contém observações, conclusões e comentários que percorrem todo o caminho do processo licitatório, dos procedimentos auxiliares, dos contratos e, por fim, do controle e fiscalização das empresas públicas e sociedades de economia mista.

### **Autores**

Edgar Guimarães  
José Anacleto Abduch Santos

## **LEI DAS ESTATAIS**

Comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016 - Lei das Estatais

### **Área específica**

Direito Administrativo.

### **Áreas afins**

Direito Constitucional e Administração.

### **Público-alvo/consumidores**

Administradores, diretores e empregados nas empresas públicas e sociedades de economia mista; auditores, inspetores e Conselheiros de Tribunais de Contas, servidores públicos da Administração Direta, membros do Ministério Público, Magistrados, advogados, acadêmicos de cursos de graduação e de pós-graduação em Direito.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10000956

G963l

Guimarães, Edgar

Lei das estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016 / Edgar Guimarães, José Anacleto Abduch Santos.– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

316 p.

ISBN: 978-85-450-0189-8

1. Direito administrativo. 2. Direito constitucional. 3. Administração. I. Santos, José Anacleto Abduch. II. Título.

CDD 342

CDU 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GUIMARÃES, Edgar; SANTOS, José Anacleto Abduch. Lei das estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 316 p. ISBN 978-85-450-0189-8.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
CAPÍTULO 1	
ASPECTOS GERAIS .....	19
1.1 Conteúdo jurídico e abrangência da lei – art. 1º .....	19
1.1.1 Inaplicabilidade da Lei nº 13.303/16 – art. 1º, §1º .....	21
1.1.2 Aplicabilidade da Lei nº 13.303/16 às estatais dependentes – art. 1º, §2º .....	22
1.1.3 Aplicabilidade da Lei nº 13.303/16 às estatais participantes de consórcios – art. 1º, §5º .....	23
1.1.4 Aplicabilidade da Lei nº 13.303/16 à sociedade controlada por estatal – art. 1º, §6º .....	24
1.2 Vigência da Lei das Estatais – arts. 91, §3º, e 97.....	26
1.3 Natureza jurídica e função constitucional das estatais.....	29
1.3.1 Requisitos para constituição de estatais – art. 2º, §1º.....	30
1.3.2 Requisitos para constituição de subsidiárias de estatais e participação em empresas privadas – art. 2º, §§2º e 3º .....	31
1.3.3 Natureza jurídica da empresa pública – art. 3º, parágrafo único.....	32
1.3.4 Natureza jurídica da sociedade de economia mista – art. 4º, §§1º e 2º .....	33
1.3.5 Função social da empresa pública e da sociedade de economia mista – art. 27, §§1º, 2º e 3º .....	35
1.4 Imprescindibilidade de regulamento próprio – art. 40 .....	37
CAPÍTULO 2	
CONTRATAÇÕES DIRETAS .....	41
2.1 Dever de licitar como regra geral – art. 28.....	41
2.2 Afastamento da licitação e do processo de contratação direta –	

	art. 28, §§3º e 4º .....	42
2.3	Licitação dispensável – art. 29 .....	44
2.3.1	Contratação de baixo valor – art. 29, incisos I e II .....	44
2.3.1.1	Alteração dos valores/limites para dispensa – art. 29, §3º .....	49
2.3.2	Contratação em razão de licitação deserta – art. 29, inciso III .....	51
2.3.3	Contratação em razão de licitação fracassada – art. 29, inciso IV .....	53
2.3.4	Aquisição ou locação de bem imóvel – art. 29, inciso V .....	55
2.3.5	Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento – art. 29, inciso VI, §1º .....	57
2.3.6	Contratação de instituição brasileira, sem fins lucrativos, voltada à pesquisa, ao ensino, desenvolvimento institucional ou recuperação social do preso – art. 29, inciso VII .....	59
2.3.7	Aquisição de componentes ou peças durante a garantia de equipamentos – art. 29, inciso VIII .....	64
2.3.8	Contratação de associação de portadores de deficiência física – art. 29, inciso IX .....	65
2.3.9	Contratação de fornecimento de energia elétrica ou gás natural – art. 29, inciso X .....	66
2.3.10	Contratação de empresas públicas ou sociedades de economia mista e suas subsidiárias – art. 29, inciso XI .....	67
2.3.11	Contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis – art. 29, inciso XII .....	68
2.3.12	Fornecimento de bens e serviços de alta complexidade tecnológica e defesa nacional – art. 29, inciso XIII .....	70
2.3.13	Contratação visando ao incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo – art. 29, inciso XIV .....	71
2.3.14	Contratação nos casos de emergência/urgência – art. 29, inciso XV .....	72
2.3.14.1	Responsabilização pela contratação direta em razão de ação ou omissão – art. 29, §2º .....	74
2.3.15	Transferência de bens para órgãos e entidades públicas – art. 29, inciso XVI .....	75
2.3.16	Doação de bens móveis – art. 29, inciso XVII .....	76
2.3.17	Compra e venda de ações, títulos de crédito, dívida e bens produzidos/comercializados – art. 29, inciso XVIII .....	77
2.4	Licitação inexigível – art. 30 .....	78
2.4.1	Aquisição bens com fornecedor exclusivo – art. 30, inciso I .....	80
2.4.2	Contratação de serviços técnicos com profissionais ou empresas de notória especialização – art. 30, inciso II .....	82
2.5	Responsabilidade por sobrepreço ou superfaturamento – art. 30, §2º .....	84
2.6	Formalização do processo de contratação direta – art. 30, §3º .....	85

### CAPÍTULO 3

	LICITAÇÕES E CONTRATOS .....	91
3.1	Disposições de caráter geral – art. 31, §1º .....	91
3.1.1	Orçamento para obras e serviços de engenharia – art. 31, §§2º e 3º .....	97
3.1.2	Procedimento de manifestação de interesse – art. 31, §§4º e 5º ...	98

3.2	Diretrizes para as licitações – art. 32, incisos I a V e §§1º a 4º.....	99
3.2.1	Padronização do objeto da contratação – art. 32, inciso I.....	100
3.2.2	Busca da maior vantagem competitiva – art. 32, inciso II.....	100
3.2.3	Parcelamento do objeto – art. 32, inciso III.....	101
3.2.4	Adoção preferencial do pregão – art. 32, inciso IV.....	102
3.2.5	Política de integridade – art. 32, inciso V.....	104
3.2.6	Observância da LRE e da disposição final adequada de resíduos sólidos – art. 32, §1º, inciso I.....	104
3.2.7	Mitigação dos danos ambientais – art. 32, §1º, inciso II.....	105
3.2.8	Redução do consumo de energia e de recursos naturais – art. 32, §1º, inciso III.....	107
3.2.9	Avaliação de impactos de vizinhança – art. 32, §1º, inciso IV ....	109
3.2.10	Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial – art. 32, §1º, inciso V.....	109
3.2.11	Acessibilidade para pessoas com deficiência – art. 32, §1º, inciso VI.....	110
3.2.12	Impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados – art. 32, §2º.....	112
3.2.13	Utilização de portais de compras na internet – art. 32, §3º.....	113
3.2.14	Ferramentas eletrônicas para envio de lances – art. 32, §4º.....	114
3.3	Da definição do objeto da licitação – art. 33.....	114
3.4	Orçamento sigiloso – art. 34, §§1º, 2º e 3º.....	115
3.5	Aplicação da Lei da Transparência – art. 35.....	117
3.6	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS – art. 37, §§1º e 2º.....	118
3.7	Dos impedimentos para participar de licitações e de contratar com empresa estatal – desconsideração da personalidade jurídica – art. 38, incisos I a VIII e parágrafo único.....	119
3.8	Publicidade dos atos relativos às licitações e contratos – art. 39, incisos I, II e III.....	121
3.9	Aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 – art. 41.....	123

#### CAPÍTULO 4

NORMAS PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....		125
4.1	Definições para obras e serviços de engenharia – art. 42, incisos I a VII.....	125
4.1.1	Empreitada por preço unitário – art. 42, inciso I.....	126
4.1.2	Empreitada por preço global – art. 42, inciso II.....	127
4.1.3	Tarefa – art. 42, inciso III.....	128
4.1.4	Empreitada integral – art. 42, inciso IV.....	128
4.1.5	Contratação semi-integrada – art. 42, inciso V.....	129
4.1.6	Contratação integrada – art. 42, inciso VI.....	130
4.1.7	Anteprojeto de engenharia - art. 42, inciso VII.....	132
4.1.8	Projeto básico – art. 42, inciso VIII.....	134
4.1.9	Projeto executivo – art. 42, inciso IX.....	136
4.1.10	Matriz de riscos – art. 42, inciso X.....	137
4.1.11	Limitações à utilização da contratação semi-integrada e integrada – art. 42, §1º.....	139
4.1.12	Instrumento convocatório para obras e serviços de	

	engenharia: conteúdo – art. 42, §1º, incisos I a IV.....	140
4.2	Regimes de execução para obras e serviços de engenharia – art. 43, incisos I a VI.....	151
4.2.1	Elaboração obrigatória de projeto básico na fase preparatória da licitação – art. 43, §1º.....	154
4.2.2	Vedação à execução de obra e serviço de engenharia sem projeto executivo – art. 43, §2º.....	154
4.3	Vedações à participação nas licitações para obras e serviços de engenharia – art. 44, incisos I, II e III, §§1º, 2º e 3º.....	155
4.4	Contratação de obras e serviços mediante remuneração variável – art. 45, parágrafo único.....	158
4.5	Contratação simultânea – mais de um contrato para um mesmo objeto – art. 46, §1º.....	160

## CAPÍTULO 5

	NORMAS ESPECÍFICAS PARA AQUISIÇÃO DE BENS.....	163
5.1	Indicação de marca ou modelo – art. 47, inciso I.....	163
5.2	Exigência de amostra – art. 47, inciso II.....	164
5.3	Solicitação de certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação – art. 47, inciso III.....	166
5.4	Exigência de adequação às normas da ABNT ou certificação de qualidade do produto – art. 47, parágrafo único.....	166
5.5	Publicidade das aquisições de bens – art. 48.....	167

## CAPÍTULO 6

	NORMAS ESPECÍFICAS PARA ALIENAÇÃO DE BENS.....	169
6.1	Requisitos para alienação de bens – art. 49.....	169
6.2	Atribuição de ônus real a bens patrimoniais – art. 50.....	171

## CAPÍTULO 7

	PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO.....	173
7.1	Fases do processo licitatório – art. 51, incisos I a X.....	173
7.1.1	Inversão das fases – art. 51, §1º.....	177
7.1.2	Atos e procedimentos preferencialmente em meio eletrônico – art. 51, §2º.....	177
7.2	Modos de disputa – art. 52, §§1º e 2º.....	179
7.2.1	Lances intermediários no modo de disputa aberto – art. 53, incisos I a III.....	180
7.3	Critérios de julgamento – art. 54, incisos I a VIII.....	182
7.3.1	Combinação de critérios de julgamento – art. 54, §1º.....	187
7.3.2	Parâmetros para julgamento – limitação à subjetividade – art. 54, §§2º e 3º.....	188
7.3.3	Referência para o critério de julgamento pelo maior desconto – art. 54, §4º, incisos I e II.....	188
7.3.4	Pesos para ponderação de propostas no critério melhor combinação de técnica e preço – art. 54, §5º.....	189
7.3.5	Objetivo do critério de julgamento pelo maior retorno econômico – art. 54, §6º.....	190
7.3.6	Repercussão no meio social da finalidade dada ao bem alienado – art. 54, §§7º e 8º.....	191
7.3.7	Critérios de desempate – art. 55, incisos I a IV.....	192
7.3.8	Verificação da efetividade das propostas – art. 56, incisos I	

	a VI .....	193
7.3.9	Verificação da efetividade dos lances ou propostas mais bem classificadas – art. 56, §1º.....	196
7.3.10	Realização de diligências – art. 56, §2º.....	196
7.3.11	Fórmula indicativa de suposta inexecuibilidade de preços para obras e serviços de engenharia – art. 56, §3º, incisos I e II .....	198
7.3.12	Crerios de aceitabilidade de preços – art. 56, §4º .....	199
7.3.13	Negociação de condições mais vantajosas – art. 57, §§1º e 3º.....	200
7.4	Exigência de habilitação – art. 58.....	202
7.4.1	Possibilidade de aquisição de direitos e contração de obrigações – art. 58, inciso I.....	202
7.4.2	Qualificação técnica – art. 58, inciso II .....	204
7.4.3	Capacidade econômica e financeira – art. 58, inciso III .....	206
7.4.4	Recolhimento de quantia a título de adiantamento – art. 58, inciso IV .....	208
7.4.5	Dispensa da habilitação técnica e econômica – art. 58, §1º .....	208
7.4.6	Reversão da quantia adiantada em favor da estatal – art. 58, §2º .....	209
7.5	Fazer recurso – art. 59, §§1º e 2º .....	210
7.6	Homologação da licitação – art. 60.....	211
7.7	Vedação à contratação com preterição da ordem classificatória – art. 61.....	213
7.8	Revogação e anulação da licitação – art. 62.....	213
7.8.1	Anulação da licitação e indenização – art. 62, §1º .....	216
7.8.2	Anulação da licitação e do contrato – art. 62, §2º .....	217
7.8.3	Anulação e revogação da licitação e a concessão de contraditório e ampla defesa – art. 62, §3º .....	219
7.8.4	Efeitos da anulação e revogação em contratações diretas – art. 62, §4º .....	220

## CAPÍTULO 8

	PROCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES.....	221
8.1	Espécies de procedimentos auxiliares das licitações – art. 63.....	221
8.2	Pré-qualificação – art. 64 .....	222
8.2.1	Acesso à pré-qualificação – art. 64, §1º .....	223
8.2.2	Licitação restrita a pré-qualificados – art. 64, §2º .....	224
8.2.3	Pré-qualificação por grupos ou segmentos – art. 64, §3º .....	224
8.2.4	Pré-qualificação parcial ou total – art. 64, §4º .....	225
8.2.5	Validade da pré-qualificação – art. 64, §5º .....	226
8.2.6	Comprovação de qualidade na pré-qualificação de produtos – art. 64, §6º .....	226
8.2.7	Publicidade dos produtos e fornecedores pré-qualificados – art. 64, §7º .....	227
8.3	Cadastramento – art. 65 .....	227
8.3.1	Divulgação dos registros cadastrais – art. 65, §1º.....	228
8.3.2	Requisitos para cadastramento – art. 65, §2º.....	229
8.3.3	Registro da atuação do licitante no cadastro – art. 65, §3º .....	229
8.3.4	Alteração, suspensão e cancelamento do cadastro – art. 65, §4º .....	230
8.4	Sistema de registro de preços – art. 66.....	231

8.4.1	Possibilidade de adesão ao sistema de registro de preços – art. 66, §1º .....	232
8.4.2	Condições para instituição do sistema de registro de preços – art. 66, §2º, incisos I a V .....	234
8.4.3	Obrigação ou não de firmar contratação pelo sistema de registro de preços – art. 66, §3º .....	237
8.5	Catálogo eletrônico de padronização – art. 67 .....	238
8.5.1	Utilização do catálogo eletrônico de padronização – art. 67, parágrafo �nico .....	240

## CAPÍTULO 9

CONTRATOS.....	241	
9.1	Regime jurídico aplicável – art. 68.....	241
9.2	Cláusulas necessárias – art. 69.....	242
9.3	Garantia de execução contratual – art. 70.....	249
9.3.1	Espécies – art. 70, §1º .....	250
9.3.2	Limites – art. 70, §§2º e 3º .....	251
9.3.3	Liberação – art. 70, §4º .....	251
9.4	Duração – art. 71.....	252
9.5	Alteração por acordo das partes – art. 72 .....	253
9.6	Formalização – art. 73.....	254
9.7	Obtenção de cópias – art. 74 .....	255
9.8	Convocação para assinatura do termo – art. 75.....	256
9.8.1	Prazo e prorrogação – art. 75, §1º .....	257
9.8.2	Consequências pela não assinatura do termo – art. 75, §2º, I e II.....	257
9.9	Responsabilidades do contratado – art. 76 e 77 .....	258
9.10	Subcontratação – art. 78.....	261
9.10.1	Exigências � subcontratada – art. 78, §1º .....	262
9.10.2	Vedações � subcontratação – art. 78, §§2º e 3º .....	262
9.11	Possibilidade de descontos na fatura – art. 79 .....	263
9.12	Direitos patrimoniais e autorais – art. 80.....	264
9.13	Alteração contratual – art. 81.....	264
9.13.1	Hipóteses e limites – art. 81, incisos I a VI, §§1º a 4º .....	265
9.13.2	Formalização em face de reajustes, atualizações ou penalizações - art. 81, §7º.....	272
9.13.3	Vedação a aditivos – art. 81, §8º .....	273
9.14	Sanções administrativas – art. 82 .....	273
9.14.1	Espécies – art. 83.....	274
9.14.2	Instauração do devido processo punitivo – art. 83 .....	276
9.14.3	Cumulação de sanções – art. 83, §2º .....	277
9.14.4	Aplicação de sanção às empresas ou profissionais – art. 84 .....	278

## CAPÍTULO 10

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO .....	281	
10.1	Práticas de governanç�a e controle – relatório de riscos das contratações – art. 1º, §7º, inciso VI.....	281
10.2	Controle e responsabilidade da pessoa jurídica controladora da sociedade de economia mista – art. 4º, §1º .....	282

10.3	Regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, gestão de riscos, controle interno – art. 6º.....	283
10.4	Práticas de gestão de riscos e controle interno – art. 9º .....	284
10.4.1	Abrangência das estruturas e práticas de gestão de riscos e de controle interno – art. 9º, inciso I.....	285
10.5	Código de Conduta e Integridade – art. 9º, §1º.....	288
10.5.1	Conteúdo do Código de Conduta e Integridade – art. 9º, §1º, inciso I.....	291
10.6	Vinculação da área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos – art. 9º, §2º .....	294
10.7	Vinculação e atribuição do Controle Interno – art. 9º, §3º, incisos I e II .....	295
10.8	Hipótese da área de <i>compliance</i> se reportar diretamente ao Conselho de Administração – art. 9º, §4º .....	296
10.9	Fiscalização pelo estado e pela sociedade – art. 85 .....	296
10.9.1	Exercício do controle e o acesso a documentos – art. 85, §1º .....	298
10.9.2	Confiabilidade e corresponsabilidade pelo sigilo de informações – art. 85, §2º.....	300
10.9.3	Fiscalização e controle das estatais de caráter e constituição transnacional – art. 85, §3º.....	301
10.10	Divulgação das licitações e contratos das estatais – art. 86.....	303
10.11	Divulgação das demonstrações contábeis auditadas das estatais – art. 86, §1º .....	304
10.12	Divulgação de atas, expedientes de reuniões dos Conselhos de Administração ou fiscal das estatais – art. 86, §2º .....	304
10.12.1	As informações revestidas de sigilo bancário, estratégico, comercial ou industrial – art. 86, §4º .....	305
10.12.2	Crítérios para definição do que se considera sigilo estratégico, comercial ou industrial – art. 86, §5º .....	306
10.13	Controle das despesas contratuais – art. 87.....	306
10.14	Impugnações aos editais das licitações das estatais – art. 87, §1º .....	307
10.15	Representação ao Tribunal de Contas – art. 87, §2º .....	308
10.16	Solicitação e exame prévio de documentos pelo Tribunal de Contas e controle interno – art. 87, §3º .....	308
10.17	Divulgação mensal da execução dos contratos e de seus orçamentos – art. 88 .....	309
10.18	Disponibilização de informações contratuais de perfil estratégico ou contempladas por segredo industrial – art. 88, §§1º e 2º .....	310
10.19	Limites da supervisão por vinculação da estatal à entidade criadora – art. 89.....	311
10.20	Limites ao exercício do controle – art. 90 .....	313
	REFERÊNCIAS.....	315